



Série II

Nº 11

MINFA

26/5 a 2/6/76

OFERTA

MINISTÉRIO DA INFORMAÇÃO

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

Preço: 2\$50

SOMOS PELA DEMOCRACIA POPULAR O OBJECTIVO POLÍTICO DO NOSSO ESTADO

• Disse o Camarada Presidente AGOSTINHO NETO

Um dos grandes problemas do País é a formação de quadros políticos capazes de, em cada etapa de luta, enfrentar os múltiplos problemas da Nação.

Assim, com o objectivo de se solucionar este problema, o nosso Movimento, o MPLA, resolveu levar a cabo um Curso de Activistas Políticos cujo encerramento foi presidido pelo Camarada Presidente Agostinho Neto, Presidente do MPLA e da República Popular de Angola.

Na oportunidade o Camarada Agostinho Neto proferiu um discurso bastante rico em conteúdo e no qual apontou uma vez mais as tarefas que todos nós devemos realizar para a transformação da sociedade caduca numa sociedade socialista.

Tomando a palavra o Chefe da Nação começou por afirmar:

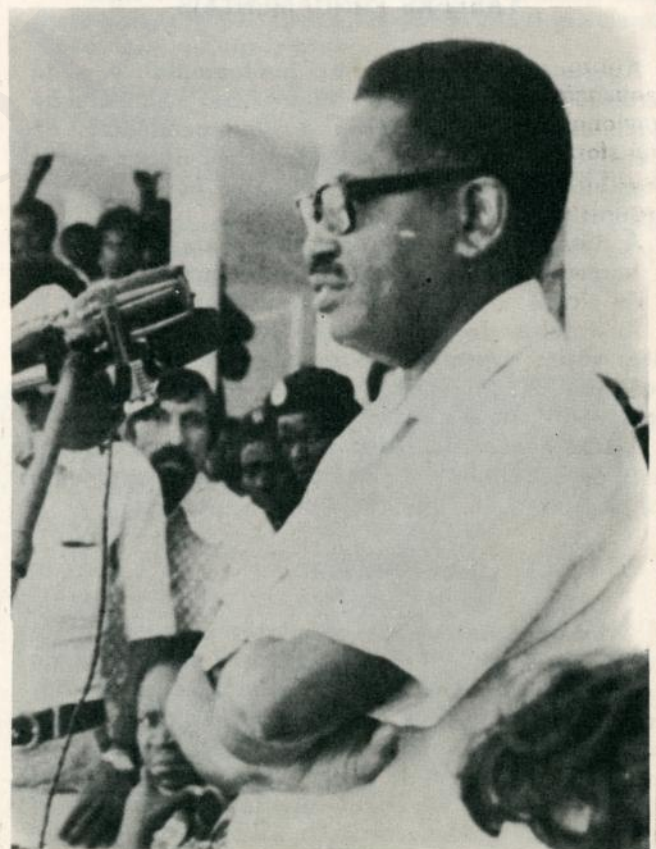
Camaradas membros do Bureau Político e dos Departamentos de Orientação do nosso Movimento :

Camaradas das organizações de massas :

Camaradas activistas políticos.

Esta sessão de encerramento do Primeiro Seminário Nacional que os Camaradas organizaram, reveste-se de uma importância fundamental. Essa importância nós podemos verificá-la em cada lugar do nosso país, quando percorremos as sanzalas, os quimbos e as cidades e verificamos que ainda é necessário fazer um grande trabalho político para que o nosso povo siga realmente o caminho da Revolução.

Os camaradas dispenderam aqui algum tempo, algumas semanas e agora vão regressar cada um ao seu lugar de origem. É com muito prazer que acedi ao convite para vir aqui dizer algumas palavras aos camaradas.



Camaradas activistas políticos.

Os quarenta e cinco dias dedicados ao estudo da orientação do Movimento e dos métodos de acção a aplicar pelos 240 militantes aqui presentes, demonstra uma vez mais a necessidade constante e crescente de formação de quadros políticos capa-

zes de, em cada etapa da luta, enfrentar os muito variados problemas do país.

O nosso povo, dividido em agrupamentos regionais e raciais, é também um povo dividido em distintas classes sociais, cada uma delas com as suas características próprias, com as suas preocupações e com as suas aspirações.

É este povo diverso, com camadas diferenciadas e estratificadas que é necessário encaminhar firmemente para o socialismo.

A nossa tarefa não será portanto fácil, na medida em que acabamos de sair de uma situação complexa, na qual se misturaram as manobras dos colonialistas e a violência do imperialismo.

O colonialismo aproveitou-se das contradições tribais para nos dominar e explorar, ao mesmo tempo que introduziu o factor racial para impor uma lei que fazia do europeu o senhor absoluto na nossa terra.

Mais, os colonialistas introduziram e intensificaram o sistema capitalista de opressão que a pouco foi cedendo o seu lugar às formas multinacionais da exploração.

E a nossa luta pela independência, foi caracterizada pela necessidade do imperialismo diluir a nossa linha política e impôr uma nova forma de exploração — o neocolonialismo.

O povo angolano porém, não cedeu a esses anseios dos colonialistas e dos imperialistas e eis-nos completamente independentes.

TAREFAS FUNDAMENTAIS

Agora, o nosso problema fundamental, é o da realização prática das tarefas de reconstrução nacional, de consolidação da Independência, da transformação de uma sociedade até agora sem a possibilidade de evoluir para um novo tipo de organização, mais justo.

A nossa tarefa fundamental é a de transformar o homem, tribalizado, cheio de complexos raciais e de classe, num homem verdadeiramente livre.

As tarefas de reconstrução nacional compreendem vários aspectos, são multiformes e definem-se segundo as exigências actuais de transformar a sociedade numa sociedade socialista.

Assim, temos de resolver os problemas da defesa, da produção e da unidade nacional, problema da reconstrução administrativa e política.

DEFESA

Para que as massas populares possam desenvolver de uma maneira criadora a sua acção no quadro da reconstrução nacional, é absolutamente necessário que o país disponha de um aparelho de defesa capaz. É preciso que todas as forças de pertença do povo e do território nacional estejam aptas em cada circunstância, a exercer a sua acção e desencorajar o inimigo. É ainda necessário que os instrumentos de defesa do povo sigam fielmente a orientação da sua vanguarda revolucionária — o MPLA — e a ela se subordinem completamente, sem hesitações, sem desvios.

Os organismos de defesa do nosso país devem estar ligados ao povo, defendendo-o da agressão estrangeira da reacção interna, dos actos de sabotagem e do banditismo. Eles têm de se fazer respeitar pelo seu comportamento exemplar, pela

correccção e firmeza no trato com os elementos do povo, pela acção na defesa da ideologia da classe operária.

Mas a defesa apenas, não é suficiente, para que o povo evolua para uma forma superior de organização social. A defesa apenas pode garantir essa evolução e contribuir para que ela se concretize.

A PRODUÇÃO

O factor fundamental para a transformação da sociedade, é a produção, são as relações de produção, é a maneira como na sociedade são distribuídos os meios de produção.

É preciso que o povo disponha de alimentos, de vestuário, de meios de transporte, de condições de recreio e de descanso, de condições de instrução e de conservação da saúde.

É preciso que os meios técnicos modernos e as condições oferecidas pela natureza, estejam ao serviço do povo, de cada ser humano, de cada elemento da nossa sociedade.

E por isso, cada cidadão deve produzir, deve contribuir desse modo para esta grandiosa transformação da nação angolana, numa pátria feliz e forte.

Produzir, significa fazer crescer as sementes no campo, retirar da terra e do ambiente em geral, os elementos necessários à conservação do homem. Significa transformar na fábrica a matéria natural, a fim de conferir maior capacidade de realização e maior comodidade a cada um. Significa dotar a sociedade dos meios mais apropriados para a proteger da dureza do ambiente.

Quer dizer que produzir, é cultivar a terra, é transformar os produtos nas fábricas, é criar as condições de higiene e uma atmosfera saudável para todos.

O processo de produção, segundo nós o concebemos, dever ser feito em proveito de todo o povo e sob a direcção dos operários e camponeses.

A TERRA A QUEM A TRABALHA

Os camponeses devem deter nas suas mãos a terra que cultivam, quer individualmente mas de preferência colectivamente. Os camponeses só têm van-

(Continua na pág. 5)



INQUÉRITOS E ENTREVISTAS

«NÃO TEMOS SABÃO, PETRÓLEO E INSTRUMENTOS PARA TRABALHAR NO CAMPO»

— Declarou um grupo de camponeses do Huambo.

A Província do Huambo que recebeu sangue de muitas vidas inocentes, terra onde na luta contra os laçaios do Imperialismo tombaram muitos dos nossos melhores filhos, hoje é terra livre onde o Povo já não receia de ir a rua, terra onde nos rostos dos seus habitantes se vêem olhares confiantes, sorrisos de esperança num futuro mais risonho, mais próspero.

Huambo encontra-se neste momento no caminho da Reconstrução Nacional, enfrentando, entretanto, problemas de vária ordem.

Para darem conta ao Governo da República Popular de Angola de alguns problemas que afectam o trabalho das populações das áreas de Caconda, Wava, Chicomba e Kalukembe, deslocou-se até à capital do País um grupo de camponeses acompanhados dos camaradas Mário Oliveira e Berner, ambos Membros da Comissão Directiva do Huambo e respectivamente Coordenadores dos Comités de Wava-Caconda e de Kalukembe.

No Hotel vice-Rei os camaradas fizeram algumas declarações muito importantes à nossa Revista que a seguir publicamos:

MINFA. — Como se chama?

Resp. — Abel Pena.

MINFA. — Quais os motivos que os trouxeram até Luanda?

Resp. — O que nos trouxe cá é de sermos os porta-vozes dos camponeses das áreas de Caconda, Chicomba, Wava e Kalukembe que decidiram pertencer a Província do Huambo. Nós viemos, portanto, para apresentar as lamentações do Povo.

MINFA. — Huambo está libertado; os fantoches foram derrotados. O MPLA, o nosso Movimento está lá no Huambo. Como é que o Povo se sente?

Resp. — Não posso falar nada do Huambo mas da zona de Kalukembe onde eu vivo. Depois da derrota desses inimigos do nosso Povo, a população de Kalukembe está mais aliviada, mas tem dificuldades, muitas faltas. Não temos carros para levar os nossos produtos. Nós viemos para pedir ao Governo 15 carros. Depois de cinco meses estes carros estão pagos por todos nós. O Governo não deve ter medo porque o Povo precisa desses carros para trabalhar .



MINFA. — Como se chama?

Resp. — José Soma Júnior.

MINFA. — Neste momento é necessário trabalhar muito para o nosso País ser forte economicamente e poder servir todo o Povo. Qual o trabalho que costumam realizar na sua zona?

Resp. — Na zona em que estou todos os camaradas camponeses estão a seguir a palavra de ordem «Produzir é Resistir» do nosso Movimento e do Camarada Presidente Agostinho Neto. Na zona em que eu estou que é Wava, os trabalhos estão divididos mediante as possibilidades das frentes de Quimbo e neste momento a orientação dos trabalhos está entregue aos responsáveis dessas frentes.



MINFA. — Como se chama?

Resp. — Abel Mavela.

MINFA. — Diga-nos quais os problemas que gostaria de ver solucionados na sua zona?

Resp. — Durante a ocupação de Caconda pela UNITA tudo foi estragado. Agora temos muitas faltas. Não temos sabão, petróleo e instrumentos para trabalhar no campo. São estas coisas que nós queremos ver resolvidas.

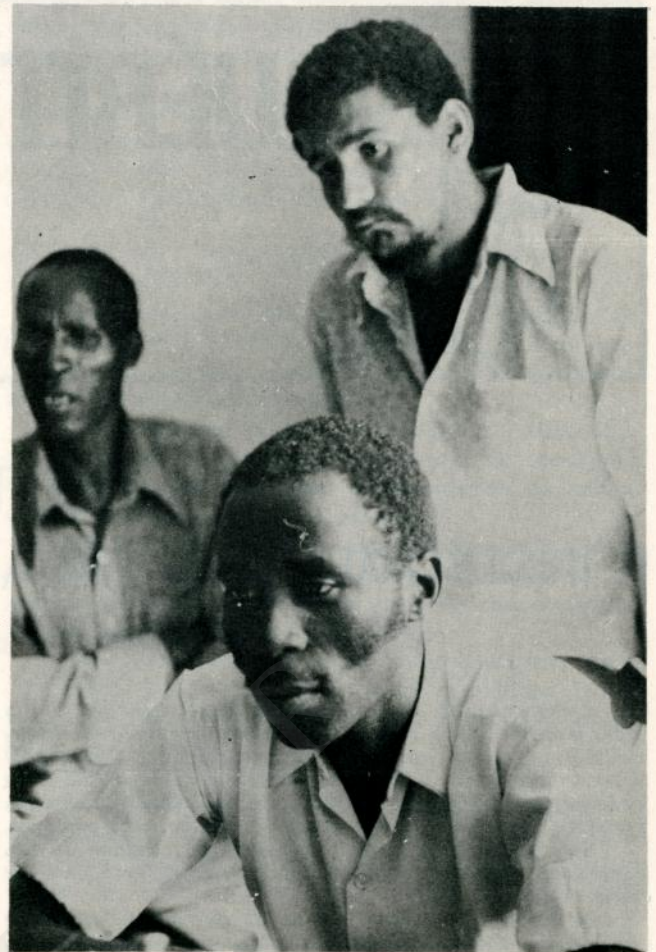
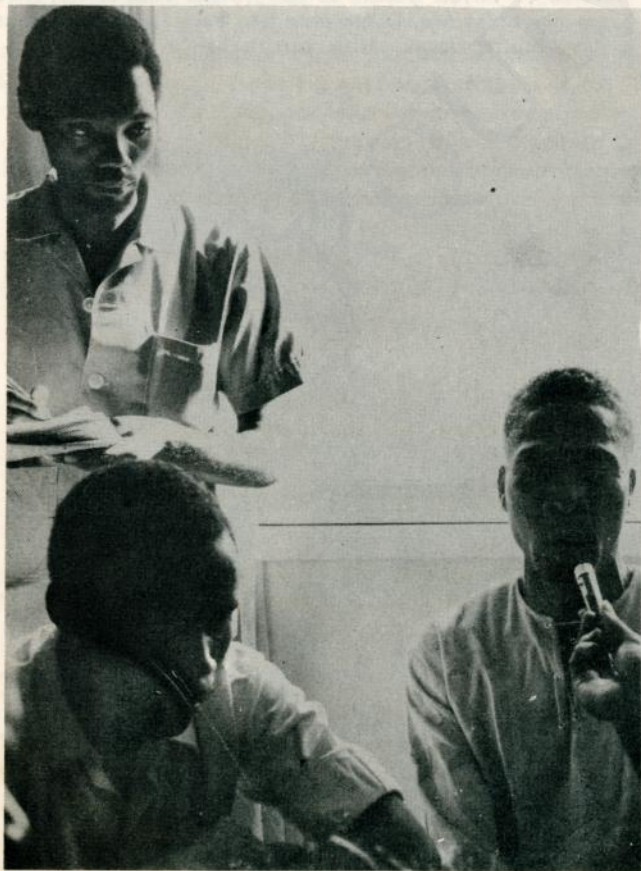


MINFA. — Como se chama?

Resp. — Pindali.

MINFA. — Os camaradas de Chicomba estão satisfeitos com a actuação da Comissão de Emergência no Huambo?

Resp. — Estão satisfeitos. No entanto, o problema do Comissário Provincial deve ser resolvido com urgência para se poder resolver os nossos problemas que são muitos como por exemplo, as escolas. Nós queremos que os nossos filhos vão para as escolas para aprenderem. Não temos hospitais gratuitos. Os hospitais lá são particulares, muito caros e nós não temos muito dinheiro para pagar.



A RÁDIO NACIONAL ESTÁ A CHEGAR AO HUAMBO EM ÓPTIMAS CONDIÇÕES

Após esta pequena conversa com os camaradas camponeses quisemos ouvir os camaradas Mário Oliveira e Berner.

MINFA. — Camarada Mário constou-nos que a RCH está já a funcionar se bem que com algumas dificuldades. O Camarada tem ouvido os seus programas? O que pensa dos mesmos?

M.O. — Sim. Neste momento a RCH não chega na zona onde nós estamos que compreende Caconda, Kalukembe, Chicomba e Wava. Neste momento parece-me que tem uma programação bastante pequena creio que de 10 horas. Isto tudo ainda não chega mas neste momento a **Rádio Nacional está a chegar ao Huambo em óptimas condições**. Tem abafado os programas reaccionários da África do Sul só que, são necessários, neste momento, programas para o Povo. O RCH só com os melhoramentos do Ministério, com novos emissores; como os camaradas sabem foi tudo destruído pelos lacaios. Entretanto, dentro da cidade, já se ouvem os programas, comunicados e o Povo está acompanhar muito bem os comunicados. O que é necessário, repito, é realizarem-se programas que sirvam o Povo; que mobilizem e organizem as massas neste momento.

MINFA. — Muito obrigado e agora caso queira acrescentar mais alguma coisa «MINFA» está a sua disposição.

M.O. — Muito obrigado. Alargando-me um pouco, começo por dizer que na zona que eu coordeno há necessidade da existência de um armazém central para abastecimento das populações. Nós não podemos contar que as outras zonas nos venham abastecer. A EMPA, deve montar ali um armazém central que abasteça totalmente a zona. Não se compreende que as populações de Caconda, Kalukembe, Chicomba e Wava para se abastecerem, por exemplo, de vestuário tenham que se deslocar a Luanda. Portanto, a EMPA ali na minha zona deverá estar bem montada, bem apetrechada com as camionetas da ETP a transportarem pelo menos duas vezes por mês produtos para esse armazém e a partir do mesmo distribuir-se os produtos pelos povos da zona.

O problema da Educação deve ser também resolvido na zona. Há necessidade da existência ali de uma Repartição

(Continua na pág. 9)

(Continuação da pág. 2)

tagem em cooperar no trabalho, para mais facilmente utilizarem máquinas e ferramentas cuja aquisição e utilização por cada indivíduo, não é fácil.

A terra, não pode nem deve pertencer a um pequeno número de proprietários. Ela pertence à sociedade como o ar que respiramos; não pode ser a propriedade de um só homem.

E do mesmo modo que ninguém tem o direito nem pode vender o ar que respira, também, na nossa Angola popular, a terra deve estar ao dispor daquele que a utiliza.

A terra não pode mais ser a propriedade de alguns homens para que outros a façam produzir em seu proveito. É esta a razão fundamental porque as fazendas e roças abandonadas pelos colonos, devem ser todas confiscadas e entregues aos camponeses para que, de preferência, as trabalhem colectivamente, sob a forma de cooperativas ou de empresas estatais.

Assim, tudo o que existe debaixo da terra ou sob o mar ou o ar, tudo o que é natureza, pertence ao povo. São bens sociais do povo. E a sua utilização não deve servir para beneficiar indivíduos, mas o povo inteiro.

A SOCIALIZAÇÃO DO TRABALHO

Nas fábricas, que no nosso país ainda não atingem grandes dimensões, o trabalho nunca é individual. O trabalho é sempre colectivo. Não se



produz um metro de fazenda, um tubo de ferro, uma peça de máquina, individualmente. Ninguém pode sonhar em fabricar um automóvel, sem que haja divisão de tarefas, sem que haja trabalho colectivo.

A produção industrial tem esta característica que é fundamental compreender para que a nossa acção seja coerente, é que ela é sempre colectiva. Portanto, as fábricas, as máquinas, as ferramentas devem pertencer ao próprio povo, são bens sociais do povo.

Ao dizer isto, devo prevenir os camaradas activistas políticos que os oportunistas costumam desvirtuar o carácter puro da revolução. E assim, quando alguns ouvem dizer que tudo é do povo, entendem que não devem mais respeitar esses bens do povo. Entendem que devem destruir os bens do povo. Esses são ainda os que estão impregnados duma mentalidade de escravo, porque são capazes de respeitar até uma agulha do portão capitalista, mas não um automóvel que é sua propriedade, que é propriedade do povo. Não tocam numa bicicleta do patrão, mas são capazes de sabotar um guindaste que é sua propriedade, que é propriedade do povo. Não tiram um fruto da fazenda do patrão, mas são capazes de queimar um armazém de café que é sua propriedade, que é propriedade do povo.

Estes são os oportunistas que sabotam a economia do povo e por isso devem ser castigados e sobre eles exercida uma vigilância rigorosa.

Este é ainda um efeito do escravagismo.

No processo de produção, bem idealizado, ainda podemos verificar fenómenos de egoísmo de alguns trabalhadores, mal informados sobre as intensões revolucionárias da nossa República Popular de Angola.

Verifica-se também a incompreensão a respeito do papel dos órgãos do Estado na produção. Pensa-se ainda que o confisco de bens dos colonialistas não é senão a transferência de bens dum patrão para as mãos de um outro patrão. Assim, em vez de se considerar que o Estado é o administrador de um bem social de todo o povo, passa-se a considerar o Estado como um patrão dos bens do Povo. Isso não é correcto!

Na sociedade socialista que queremos construir, o Estado não é senão um administrador, aquele que dirige, mas sempre em função dos interesses do povo e sempre em função do bem estar de todo o povo.

Mas, apesar dos desvios e das incompreensões, é necessário que no nosso processo de reconstrução nacional, não deixemos de praticar devidamente a reestruturação de todo o sistema económico, de redistribuição das terras, pela colectivização na produção agrícola, pela socialização de todos os meios de produção.

Não deixamos de combater o parasitismo que se desenvolveu e ainda existe no sector comercial, o sistema de intermediários que vive à custa do consumidor, do produtor, sem que ele próprio forneça trabalho produtivo.

A produção é pois um dos aspectos mais importantes da nossa reconstrução nacional.

O PODER POPULAR

Mas, camaradas activistas, reconstrução é também a mudança dos métodos de administração e da atitude política perante o nosso povo, é sobretudo uma nova compreensão ideológica da dialéctica de desenvolvimento social.

Nós, aqui em Angola, somos pela Democracia Popular, que é o objectivo político do nosso Estado. E por isso mesmo, estamos a lançar as bases para que os organismos do Poder Popular possam consolidar-se, possam funcionar como organismos esta-

(Continua na pág. 7)



Povo - cultura



NGUDIA WENDEL

— um homem, um guerrilheiro, um poeta, um médico

À opressão e repressão do sistema colonial português de que o Povo Angolano foi vítima durante cinco séculos, como oposição, para além da luta armada prolongada, paralelamente, se desenvolveu a luta política e ideológica, no interior e exterior do País.

De igual modo a nossa cultura, a nossa arte, serviram de armas de combate e resistência à presença colonial portuguesa. Em contrapartida, por forma a silenciar o grito de liberdade do Povo, os colonialistas utilizaram os métodos mais bárbaros e desumanos. Muitos nacionalistas foram abatidos, pura e simplesmente, outros pereceram nas cadeias, outros ainda tiveram que se refugiar nas matas para aí desenvolverem a guerrilha em favor da Libertação Total da Pátria ocupada pelos colonialistas. A poesia revolucionária ganha corpo no decurso da luta armada, dentre vários poetas revolucionários de, apreciável craveira. Ngudia Wendel, de seu nome verdadeiro Victor Sebastião Diogo Nogueira é um dos muitos poetas que responderam à chamada logo ao Grito de Liberdade, para engrossarem as fileiras da guerrilha. Seus poemas de combate correram Mundo fora, nomeadamente o Campo Socialista e países progressistas.

O camarada «Ngudia Wendel» nasceu em Catete, Icolo e Bengo, na povoação de Inácio Francisco, em 1940. A repressão da Pide que em 1960 se abate sobre a juventude da capital do País, obrigam-no a refugiar-se nos Dembos, onde lecciona na Missão Evangélica no circuito do Zombo-Macando. No início da luta armada, Ngudia Wendel ganha as matas da 1.ª Região, como guerrilhei-



ro e posteriormente comandante na área do Icolo e Bengo. Em 1962, passado o primeiro efeito de surpresa o inimigo colonialista reorganizado reinicia a repressão bárbara e criminosa aos guerrilheiros e ao Povo refugiado nas matas. O napalm aparece, com todos os seus horrores. Wendel segue para a então cidade de Leopoldville, onde passa a funcionar no Departamento de Organização de Quadros do MPLA.

Em 1963, o camarada Ngudia Wendel segue para Brazzaville, onde os dirigentes e militantes do MPLA vão continuar a sua obra libertadora, por lhes ter sido proibida a acção em território do Zaire.

Nesse mesmo ano, Wendel segue para União Soviética, para cursar Medicina. Aí os seus poemas de combate são publicados no jornal «Krimskaya Pravda», «Krimskaya Komsomol» e na Revista Solidariedade.

O seu primeiro livro de poemas, «Nós Voltaremos, Luanda» é publi-

cado em Lusaca, em 1970, depois do seu regresso, da URSS, terminado o Curso de Medicina. Em 1974, o livro é reeditado, em português e, italiano, em Forli, na Itália».

COM A DOR SURDA

ao amigo Kibolongo

*Eu me desperto com a dor surda
ela está assentada em mim
como caco
como bala
Este é pensamento a ti Kibolongo
meu negro irmão
meu amigo de armas.*

*Tu não estás mais em vida
amigo Kibolongo
mas eu até aqui não acredito
que isso é assim.*

*Eu me desperto e vejo a tua cara
escuto a tua voz
tua alegre voz —
como tu marchasses de novo connosco
através do mato
cantas e gracejas.*

*Oh! tu soubeste ser alegre
ainda quando fosse difícil
e a chuva nos açoitava nas caras
e o sol queimava como assassino
e os pés doíam de chagas.*

*E ainda quando na emboscada
te atingiu a bala
e dormias na tipoia
com todo ímpeto juvenil
esforçavas-te sorrir
falavas «bagatelas»
Kibolongo meu irmão!*

*Mas a bala explosiva
não é bagatela.
Nós te enterramos no terreno angolano
na tua terra
na terra dos nossos entepassados
tu tanto lhe amayas!*

NGUDIA WENDEL

tais, dentro da legalidade que o nosso Povo lhes conferiu e a Lei regulou.

É preciso que em toda a nossa Angola seja realmente compreendida a necessidade política da orientação e do controlo do Estado pelas camadas mais exploradas do Povo — pelos operários e camponeses.

O nosso Estado deve rapidamente evoluir para um Estado dirigido pelos órgãos do Poder Popular.

Este aspecto político, complementa as ideias que antes expus acerca da defesa e economia do País, mas é na realidade a ideia orientadora de toda a nossa acção nos outros domínios.

Tudo o que disse acerca da defesa, da produção, e poderia citar outros aspectos da vida nacional, se quisesse ser fastidioso, tudo se subordina à ideia política.

A ideia é: os operários e camponeses no poder.

A DIRECÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA E CAMPONESA

Este conceito deve ser bem analisado e compreendido, porquanto alguns dos nossos camaradas, pensam que a direcção das classes mais exploradas significa que é necessário travar uma luta de morte contra as outras classes que beneficiaram de privilégios durante a época colonial e capitalista.

O problema não pode ser posto assim. Quem dirige um país, dirige um povo. A classe que dirige, dirige um povo. Dirige portanto todos os componentes desse povo.

A classe operária não pode contentar-se com uma direcção que seja para si própria. Não podemos deixar de considerar que a burguesia patriota, os intelectuais patriotas, a pequena burguesia, fazem parte da nossa nação, são elementos do nosso povo. Não podemos, não devemos travar guerra entre nós. É preciso preservar a unidade nacional.

O que interessa neste momento, é que a direcção do país, em todos os domínios, passe para as classes operária e camponesa. Este é que é o verdadeiro problema e que não deve ser falseado pela demagogia, pelo oportunismo e pela ambição.

Vamos sempre lutar pela unidade da Nação, sob a orientação dos operários e camponeses.

A FORMAÇÃO DE QUADROS

Claro que para realizarmos estas tarefas, necessitamos dum longo, acelerado e permanente trabalho de formação de quadros como acontece neste momento em que quadros políticos saem daqui para as diferentes províncias do nosso país.

Mas precisamos também de quadros para a execução de certas profissões, precisamos dos operários especializados, precisamos dos quadros superiores e imediatamente nós temos de realizar uma vasta campanha dentro do nosso país para a alfabetização das nossas crianças e de todos aqueles que não tiveram oportunidade de aprender a ler e a escrever.

Todos aqueles que sabem ler e escrever devem contribuir para que de facto se possa entrar nesta fase de alfabetização massiva, do nosso povo.



O PROBLEMA RACIAL

Não posso deixar de indicar aos camaradas activistas políticos, e adentro das nossas realidades nacionais, a necessidade de evitar as confrontações raciais.

Nós somos um povo que desde há séculos tem uma maioria de pretos, mas também milhares de mestiços e brancos.

A certa altura da nossa vida, durante o colonialismo, a cor da pele confundia-se com a classe social: os mais claros eram da burguesia, os um pouco menos claros eram da pequena burguesia e o resto — como dizia a camarada — eram rapazes.

A certa altura da nossa vida nós verificamos que essa confusão não devia nem podia permanecer entre nós. Nós somos todos, seja qual for a cor da pele, angolanos sob a direcção da classe operária e dos camponeses. Não devemos animar e não devemos acentuar o preconceito racial ou os conflitos de raça. Este procedimento marcou o nosso povo.

O que interessa de facto, é que os operários e camponeses assegurem a direcção efectiva do poder. E os operários não são só pretos, não são só brancos, não são só mestiços, são todos aqueles que são operários, aqueles que têm a ideologia do oprimido.

Esses devem realizar os objectivos políticos, económicos e sociais e instilar em todo o nosso povo a ideologia necessária para o avanço do nosso país para o socialismo.

O que importa é neutralizar qualquer pretensão de grupos raciais que desejam manter uma supre-

macia económica ou social no país. O que importa é que não haja agrupamentos raciais que se sobreponham aos outros. Nós somos todos iguais e se houver alguma pretensão de algum elemento de se impor por causa da cor da pele é necessário agir com firmeza e com dureza para reprimir essa tendência.

Neste nosso país, a direcção tem de estar nas mãos daqueles que possuem a ideologia do proletariado. O que quer dizer também que não pode haver preconceito racial.

Há uma base que os camaradas têm em mente e que lhes foi exposta durante o seminário.

SEM TEORIA REVOLUCIONÁRIA NÃO HÁ REVOLUÇÃO

Essa base é que sem uma teoria revolucionária, não há revolução.

Portanto, sem uma orientação segura e clara nos planos político e ideológico, não pode haver revolução.

Sem uma obediência à orientação do MPLA não podemos fazer a revolução.

São os princípios do MPLA, seguidos desde o início da luta armada, que nos orientaram até esta e agora.

Agora, os camaradas activistas vão continuar a acção, no sentido de dinamizar o nosso Movimento em todos os aspectos.

O factor principal para a realização material de toda a evolução para o socialismo, é o MPLA.

Daqui decorre a vossa grande responsabilidade. Responsabilidade adquirida em poucas semanas de estudo, mas durante longos anos de luta contra o colonialismo.

Não nos esqueçamos camaradas, que sem o trabalho político não é possível realizar as tarefas de reconstrução nacional. Sem a dedicação dos responsáveis, dos militantes, dos simpatizantes, os nossos objectivos não podem ser atingidos.

E quando dizemos o MPLA, queremos significar a organização em toda a sua extensão. Isto é: o MPLA deve estar representado em cada unidade de produção, em cada aldeia, em cada lugar, pelos seus grupos ou comités de acção.

Como disse o camarada do DOP é preciso que a organização esteja com as massas, parta das massas e regresse às massas.

As reuniões, as análises em conjunto sobre problemas concretos, devem ser regularmente realizadas e os debates sobre a linha política, constantemente realizados. Em nenhum momento se deve deixar que haja desvios da orientação, sem que se faça sentir a acção do MPLA.

E temos de dinamizar por outro lado a acção da OMA, da JMPLA, da UNTA, para que mesmo aqueles que não são activistas do MPLA, compreendam as vantagens do socialismo e actuem para o seu efectivo desenvolvimento em Angola.

FORMAÇÃO DO PARTIDO DA CLASSE OPERÁRIA

Claro que no momento oportuno, este vasto movimento de libertação nacional terá de se transformar em partido, em partido orientado pela ideologia da classe operária, porque não existe socialismo que não esteja sob direcção da classe operária.

Mas, por agora, temos o MPLA e ele é o instrumento de acção para o nosso povo.

POLITICA INTERNACIONAL — NÃO ALINHAMENTO

A opção socialista do nosso povo, impõe um certo número de responsabilidades no seio da comunidade internacional.

Se nós vamos para o socialismo, é normal que tenhamos contra nós o ódio dos capitalistas e a necessidade vital de nos aliarmos aos países socialistas.

É a lógica que o diz.

E a História também o diz. A nossa luta de libertação nacional, foi feita essencialmente com o apoio



dos países socialistas e muito especialmente da União Soviética e mais recentemente da República Socialista de Cuba.

Nós temos no entanto o direito e o dever de escolher o nosso próprio destino. Nós não dependemos de ninguém. Nós não compreendemos o internacionalismo proletário como uma dependência.

Nós os socialistas, entretajudamo-nos. Vamos de mãos dadas uns com os outros. Isto não significa que aquele que recebe ajuda deva necessariamente seguir aquele que o ajuda.

Nós somos portanto independentes. O MPLA é independente e Angola é independente. Nós fazemos a nossa própria política.

Mas na nossa política internacional queremos relações diplomáticas, económicas e culturais com

todos os países do mundo, independentemente do seu sistema político, independentemente da sua estrutura social.

Dentro dos princípios de respeito pela Independência do nosso Estado e pela Soberania Nacional, nós estabeleceremos relações de amizade com todos os povos do mundo.

E é necessário, camaradas activistas, explicar ao nosso povo, que esta política internacional, não significa uma abdicação da nossa orientação política. Não significa um desprezo da nossa orientação. Significa simplesmente Independência.

Temos um caso particular nas relações internacionais. É o caso de Portugal.

Sempre dissémos que nós queríamos estabelecer laços de amizade com o povo português. E penso que mais tarde ou mais cedo nós vamos estabelecer estes laços através dos legítimos representantes do Povo português.

Não entraremos no jogo eleitoralista dos partidos. Não temos nenhuma intenção de interferir na política interna de Portugal, como não permitiremos que Portugal se introduza na nossa política.

No jogo eleitoralista dos partidos portugueses houve alguns factos que nos feriram, alguns factos que nos ofenderam e acerca dos quais nós pedimos explicações.

Penso que é altura de todos os responsáveis portugueses, no seu próprio interesse, que não interfiram na política do povo angolano, na política da República Popular de Angola, não interfiram na política do MPLA.

As relações terão de estabelecer-se no momento e nas condições que nós considerarmos apropriadas.

O povo português no entanto pode ter a garantia de que, desembaraçado de forças que obedecem ao imperialismo americano, o ambiente se desanuviará e as relações serão as mais fraternas, serão mais fáceis e desejáveis.

REGRESSO À ANGOLA

Em Portugal, como em Cabo Verde, em S. Tomé, no Congo, na Zambia e no Zaire, há milhares, centenas de milhares de angolanos. Independentemente das suas opções políticas, esses angolanos devem regressar à sua pátria, a não ser que o não queiram.

Criaremos as condições para o seu repatriamento.

Embora as condições em que estejamos, que temos de viver hoje, não nos permitam fazer uma entrada massiva de centenas de milhares de pessoas, nós procuraremos encontrar as condições para que os nossos compatriotas não continuem a sofrer fisicamente e moralmente os efeitos do exílio e também para que não sofram as humilhações de estarem fora da sua pátria, quando nós já somos independentes.

Quanto aos portugueses que desejam regressar a Angola, é necessário que eles nos convençam primeiro que abandonaram a mentalidade colonialista.

Se algum português, daqueles que saíram daqui e que não é um criminoso, que não praticou actos

de violência contra o nosso povo, quer regressar ao nosso país, é preciso primeiramente pensar que aqui tem de se integrar nas estruturas que são criadas, são agora instauradas pelo Estado Angolano. E não vir aqui para ser patrão ou para ser capataz.

Estarão portanto enquadrados nos serviços e na organização social, dirigidos pelo povo angolano, pelos representantes do povo angolano. Assim manteremos a nossa independência, a nossa linha revolucionária. Manteremos o nosso objectivo que é o de transformar a nossa sociedade numa sociedade justa, em que já não haverá explorados, em que o Homem não terá a possibilidade de explorar outros homens.

UNIDADE NACIONAL

Camaradas activistas.

Vamos a partir de agora dirigir as massas populares, vamos defender a nossa revolução, vamos defender o nosso povo, vamos defender o nosso país.

Esta defesa passa pela mentalização, pela compreensão dos objectivos traçados pelo MPLA. É preciso que estejamos sempre unidos, para que a Unidade Nacional seja um facto, para que a orientação pela classe operária e camponesa não signifique uma ruptura com os outros elementos do povo, mas signifique sim a Direcção e a realização dos objectivos dos trabalhadores.

Vamos portanto dar mais este passo para a reconstrução nacional.

Desejo a todos os activistas políticos deste Primeiro Seminário Nacional, um bom trabalho.

PELO PODER POPULAR

A LUTA CONTINUA

A VITÓRIA É CERTA

23 de Maio de 1976

(Continuação da pág. 4)

Escolar para que a zona coloque todos os seus professores. É preciso que se estude o problema da Saúde que é bastante grave. Há hospitais que levam um dinheirão e as massas não dispõem de dinheiro neste momento para irem ao hospital e pagarem por exemplo, por um parto 2.000\$00, pelo curativo de uma ferida 500\$00. O Governo deve tomar medidas para solução destes problemas.

A produção para nós é também outro assunto importante e que merece solução. Para se produzir é necessário ter meios para tal. A nossa zona neste momento tem falta de enxadas, charruas, etc., e o Povo tem necessidade de trabalho. Há alguns tractores mas eles necessitam de combustível para poderem funcionar. É necessário tapar os açudes pelo menos na zona que eu coordeno, a zona do Wava que um centro agrícola e onde o Povo já trabalha em lavras colectivas. Há cooperativas mas a falta de combustível para as máquinas trava todo um trabalho que se pretende realizar. Todos estes problemas devem ser resolvidos o mais rapidamente possível porque sem produção, nós não conseguiremos alcançar a Independência que desejamos. Temos uma Independência e é

(Conclui na pág. 10)

O QUE É UMA COMISSÃO ESCRUTINADORA?

O QUE SÃO COMISSÕES ELEITORAIS?

A Comissão Escrutinadora é um órgão que a nível de cada secção de bairro dirige directamente as sessões da reunião eleitoral da Assembleia Popular a que haja lugar.

Participar na reunião de apuramento geral das eleições; recolhe, elabora e dá andamento ao expediente relativo às eleições; aprecia e decide no âmbito da sua competência as reclamações que lhe sejam presentes; promove na área da respectiva secção, a elevação do índice numérico e qualitativo de participação popular no processo eleitoral.

Zela, pela correcta aplicação, no processo eleitoral da área da respectiva secção, das leis em geral e da programação eleitoral. Elas iniciarão as suas funções logo que constituídas e manter-se-ão em exercício até ao termo do processo eleitoral.

COMO É CONSTITUÍDA A COMISSÃO ESCRUTINADORA

Ela será constituída nos termos previstos pelo regulamento, e composta por 1 Presidente e 1 Vice-Presidente nomeados e devidamente credenciados pela Comissão Eleitoral; 1 Secretário e 4 Escrutinadores, eleitos de entre os eleitores da respectiva secção eleitoral presentes na sessão de constituição das Comissões Escrutinadoras das Secções Eleitorais.

Os membros da Comissão deverão saber ler e escrever português e não poderão ser candidatos a membro da Comissão Popular de Bairro.

Salvo motivo de força maior, o desempenho das funções de membro da Comissão Escrutinadora é obrigatório o Presidente (uma vez ausente, pode

ser substituído pelo Vice-Presidente). Os restantes componentes da Comissão Escrutinadora que não estiverem presentes no início de qualquer sessão, serão substituídos «ad hoc» por elementos eleitos de entre os eleitores presentes.

AS COMISSÕES ELEITORAIS

As Comissões Eleitorais de Bairro são a materialização do princípio fundamental, de que é o MPLA quem dirige e orienta a Construção do Poder Popular.

A sua instituição, no ponto 3 do artigo 44. da Lei do Poder Popular n.º 1/76, revela a importância deste princípio revolucionário, ressaltando de forma inequívoca na comunicação feita ao País, em 4 de Junho de 1976, pelo camarada Nito Alves, que a dada altura afirma:

«Ao longo de toda a construção socialista, o Partido orienta também o sistema eleitoral. Fazendo participar as massas na elaboração e direcção da vida geral do Estado, o Partido, como força cientificamente armada com a ideologia operária, orienta o Estado.

Dai que os Comitês de Acção do MPLA integrados por camaradas honestos têm um papel fundamental a desempenhar no processo eleitoral. Entretanto, os Comitês de Acção não podem ignorar a existência de camaradas activos nas Comissões Populares de Bairro que devem, por isso, fazer parte das Comissões Eleitorais.

É trabalho do «Bureau Politico», de todos os militantes e de todas as estruturas ordenar a depuração dos desonestos que se infiltram nos Comitês de Acção com fins oportunistas.

Por isso é que a vigilância é necessária, para não serem eleitos provocadores, descarados oportunistas abrilistas ou manobras de organizações contra-revolucionárias».

As Comissões Eleitorais, consoante a Lei n.º 1/76 são, constituídas, em cada escalão, por: Comitês de Acção do MPLA, UNTA, JMPLA, OMA acrescidas de elementos mais activos das Comissões Populares de Bairros.

As Comissões Eleitorais, além de outras atribuições que lhe sejam cometidas, têm as seguintes tarefas segundo o Regulamento das Eleições para as Comissões Populares:

a) Propor os candidatos a membros da respectiva CP;

b) Presidir à reunião eleitoral da Assembleia Popular da Povoação ou Bairro;

c) Nomear e credenciar devidamente os Presidentes e vice-Presidentes das Comissões Escrutinadoras das Secções Eleitorais;

d) Elaborar o mapa das sessões de esclarecimento a realizar pelos candidatos nas Secções Eleitorais;

e) Presidir à reunião de apuramento geral das eleições e proclamar os respectivos resultados provisórios;

f) Apreciar e decidir no âmbito da sua competência das reclamações e recursos que lhe sejam presentes;

g) Recolher, elaborar e dar andamento ao expediente relativo às eleições;

h) Promover, na área da respectiva Povoação ou Bairro, elevação do índice numérico e qualitativo de participação popular no processo eleitoral;

i) Zelar pela correcta aplicação, no processo eleitoral da área da respectiva Povoação ou Bairro, das leis em geral e deste regulamento em especial.

(Conclusão da pág. 9)

necessário consolidar esta Independência. É preciso que tenhamos uma economia forte e que ela sirva, de facto, os superiores interesses de todo o nosso Povo.



MINFA. — Camarada Berner a nossa Revista está também a sua disposição para algumas declarações que queira fazer.

BERNER. — Muito obrigado. O problema que nos aflige neste momento é de que as nossas massas estão a sofrer ainda. A zona que eu coordeno que é a de Kalukembe. É zona onde o «savimbismo» fez tudo por tudo para dominá-la e há muitos adágios que deixou ali. O Povo resistiu não aceitando, portanto, o «savimbismo». É assim que depois da entrada triunfal das FAPLA no Huambo o Povo e os Grupos de Acção correram com os «meninos» dos Kwachas da vila de Kalukembe. Portanto, durante aquela noite escura e triste em que os fantoches da UNITA ocuparam a vila, o Povo nunca conheceu o petróleo nem sabão, etc. Sabendo

que nós controlamos o País, de Cabinda ao Kunene, o Povo espera como esperou sempre que os problemas sejam resolvidos. Assim, nós temos uma grande dificuldade que já foi referida aqui e que diz respeito ao escoamento dos produtos. Temos muito milho, feijão, bois, portanto, gado bovino, suíno, caprino, galinhas e outros produtos que em Luanda há grande falta. Nós não compreendemos porque na medida em que há grande falta destes produtos aqui na capital abundando os mesmos em certas zonas do País.

O Povo neste momento está aflito e nós somos responsáveis políticos. Não se pode fazer política, meter na cabeça política ou consciencializar a pessoa enquanto essa pessoa não estiver satisfeita. Não se compreende que nós hoje falemos em comícios ou em reuniões e sobre política quando o Povo vive mal, tem faltas que foram já mencionadas.

O Povo não tem roupas. Muitas crianças morrem neste momento por falta de agasalhos. Na minha zona crianças há que querem ir a escola mas têm o problema do vestuário. Acharmos que este é o momento oportuno para apoiarmos o nosso Povo que tanto esperou por nós e, por isso mesmo, para que essas dificuldades sejam vencidas e as lacunas, sejam preenchidas, pensamos, também, que este é o momento oportuno de o Governo se debruçar sobre estes assuntos. É por isso que nós viemos, para nos reunirmos com os camaradas responsáveis do nosso País e juntamente com eles encontrarem-se as soluções convenientes para os diversos problemas que temos.

ESTAR VIGILANTE É ESTAR ORGANIZADO

Ser atacado pelo inimigo é demarcar claramente de que lado está a Reacção e os seus agentes, por um lado, de que lado se encontram as forças que lutam pelo triunfo da Revolução, por outro; significa, portanto, estar na linha correcta. Quando o inimigo deixa de nos atacar é porque estamos a contribuir para a sua vitória. É por isso que a definição correcta do inimigo é uma questão importante e prioritária que

o inimigo da Revolução é fundamental pois, sem isso, não é possível o exercício da vigilância revolucionária. Nesta fase da nossa luta revolucionária o inimigo define-se pelos seus ataques à linha correcta do MPLA, ao Poder Popular, à Democracia Popular.

Estar vigilante é estar organizado. Efectivamente, não pode haver vigilância revolucionária sem organização. Não havendo organização há kazukuta e a Revo-



ANDRADA — VISITA DO CAMARADA PRESIDENTE

deve ser tomada em linha de conta em qualquer fase da luta.

O inimigo não age sempre do mesmo modo. Conforme as diversas circunstâncias de luta, ele assume também diversas formas de actuação, aplicando, portanto, novas tácticas. No nosso processo revolucionário nós, nesta fase de Reconstrução Nacional e de consolidação das bases do Poder Popular, depois de uma luta árdua e directa contra as forças invasoras, temos ainda o Imperialismo como um inimigo bastante sério, embora agora não se apresente claramente mas antes sob novas capas.

A vigilância só é revolucionária quando, naturalmente, visa defender a Revolução. Conhecer profundamente

lução não pode, de forma alguma, avançar em bases seguras. A falta de organização é uma porta aberta para a Reacção.

A vigilância revolucionária será bem dirigida quando todos os militantes tiverem assumido correctamente a ideologia proletária, quer dizer a ideologia das massas trabalhadoras. É fundamental lançar-se um amplo movimento organizativo no seio das massas, em todas as frentes de luta. O movimento organizativo, tendo na base a ideologia proletária, deverá enquadrar as massas elevando o seu grau de maturidade política, através da sua participação directa e activa em todo o processo de transformação da sociedade.

DECLARAÇÃO

SOBRE AS RELAÇÕES DE AMIZADE E DE COOPERAÇÃO ENTRE ANGOLA E A URSS

«A República Popular de Angola e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, apoiando-se nos estreitos vínculos de amizade e de cooperação que se formaram entre o Povo angolano e o Povo soviético, no decurso da luta pela liberdade e pela independência de Angola;

Convictas de que o desenvolvimento ulterior das relações amistosas e de colaboração multifacetada entre ambos os Estados corresponde aos interesses fundamentais dos Povos angolano e soviético e serve a causa do fortalecimento da paz e da segurança, tanto na África como no mundo inteiro;

Considerando que a unidade de todas as forças progressistas na luta contra o imperialismo, colonialismo e racismo, em todas as suas formas e manifestações, tem grande importância para assegurar uma verdadeira independência e o progresso dos países libertados;

Guiando-se pela aspiração de levar à prática uma política externa de paz, e constatando com satisfação a ampla coincidência de pontos de vista de ambas as partes sobre os mais importantes problemas da vida internacional contemporânea;

Assinalando que o fortalecimento contínuo das forças da paz, do socialismo e da libertação nacional, exerce uma influência positiva sobre o saneamento da situação internacional;

Visando contribuir para a consolidação e para a evolução do desanuviamento internacional que, particularmente, cria condições favoráveis para o fortalecimento da independência nacional dos países libertados;

Estando seguras de que o problema do desarmamento, que abrange os interesses de todos os povos e Estados, é um dos problemas-chave da actualidade;

Convencidas de que os vestígios do domínio colonial são incompatíveis com a Carta da Organização das Nações Unidas e com a Declaração sobre a concessão da independência aos povos e países sob o domínio colonial;

Expressando plena solidariedade com a luta nacional-libertadora dos povos da África do Sul, Zimbábue e Namíbia para realizarem o seu direito à autodeterminação e à independência.

Guiando-se pelos objectivos e princípios da Carta da Organização das Nações Unidas;

Declaram que a República Popular de Angola e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas guiar-se-ão nas suas relações, pelas seguintes bases:

1. As partes continuarão a desenvolver e a aprofundar as relações de amizade e de colaboração multifacetada na esfera política, económica, científica, técnica, cultural e outras, na base do pleno respeito da soberania, da integridade territorial, da não-ingerência de uma nos assuntos internos da outra, da igualdade

e reciprocidade de vantagens. Elas colaborarão no sentido de assegurar as condições para manter e desenvolver, posteriormente, as conquistas económicas e sociais dos povos de ambos os países.

2. Ambas as partes cooperarão estreitamente nos esforços, destinados a consolidar a paz e a segurança internacional. Prestarão toda a assistência possível à Organização das Nações Unidas e contribuirão para o aumento da eficiência desta Organização na consolidação da paz e da segurança internacional, à base do cumprimento rigoroso da sua Carta.

3. As partes contribuirão por todos os meios para o aprofundamento da distensão internacional e para a sua concretização em formas de colaboração mutuamente vantajosas entre os Estados.

4. As partes tomarão todas as medidas a fim de se realizar por completo a Declaração da Organização das Nações Unidas sobre a concessão da independência aos países e povos sob o domínio colonial que proclamou a necessidade de pôr fim imediatamente e sem reservas ao colonialismo e racismo em todas as suas formas e manifestações.

5. As partes colaborarão por todos os meios para resolver o problema do desarmamento geral e completo incluindo o nuclear, sob o controlo efectivo internacional, como também para que seja concluído um Tratado universal sobre a não aplicação da força nas relações internacionais.

6. Atribuindo grande importância às consultas mútuas a diferentes níveis a respeito de todos os importantes problemas internacionais de interesse mútuo e das questões das suas relações bilaterais, as partes concordaram realizar regularmente tais consultas.

7. As partes decidiram contribuir por todos os meios para o desenvolvimento dos contactos entre as organizações sociais de ambos os países, para a ampliação das relações nos domínios da ciência, arte, literatura, educação, saúde pública, imprensa, rádio, televisão, turismo e desporto, a fim de aprofundar a compreensão mútua e a amizade fraternal entre os povos de ambos os países.

8. As disposições desta Declaração de nenhum modo afectam as obrigações, assumidas anteriormente por cada parte em relação a terceiros países e a organizações internacionais, e as partes não concluirão nenhum tipo de acordos ou empreenderão outras acções, incompatíveis com os objectivos da presente Declaração.

Feito em Moscovo no dia «26» de Maio de 1976, em dois exemplares, cada um em português e em russo, tendo ambos os textos a mesma validade».